

**Inquérito Civil n. 06.2018.00001146-7**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, titular da Promotoria de Campo Belo do Sul, doravante denominado **COMPROMITENTE**; e **LAÉRCIO VARELA DA SILVA**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, brasileiro, servidor público, RG n. 4.271.256-4, CPF 083.700.029-78, residente e domiciliado na Rua Vicente Antonio da Silva, 256, Centro, município Cerro Negro/SC, CEP 88585-000, ambos abaixo assinados, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 89 da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina; e

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual n. 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei, para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos (art. 25, inciso IV, 'a', Lei nº 8.625/93);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, CF/88);

**CONSIDERANDO** que compete ao Ministério Público proteger o patrimônio público e social, adotando todas as medidas legais e judiciais cabíveis, bem como fiscalizar a correta aplicação da legislação, conforme dispõem o art. 127, caput, e o art. 129, inciso III, ambos da CF/88;

**CONSIDERANDO** a instauração do Inquérito Civil n.º **06.2018.00001146-7**, com a finalidade de apurar suposto ato de improbidade administrativa por Laércio Varela da Silva, Diretor de Finanças do município de Cerro Negro/SC, que, em tese, estaria recebendo a remuneração relativa ao seu cargo, sem, contudo, efetivamente exercer a função pela qual foi nomeado.

**CONSIDERANDO** as informações obtidas no Inquérito Civil n. 06.2018.00001146-7, onde identificou-se que o compromissário não compareceu, por diversas vezes, ao local de trabalho, deixando de registrar ponto eletrônico, recebendo sua remuneração, sem contraprestação de serviços, não apresentando atestado médico ou justificativa plausível;

**CONSIDERANDO** que não houve a instauração de qualquer Procedimento Administrativo Disciplinar - PAD ou Sindicância, para apurar as inúmeras faltas do servidor público, ora Compromissário, no referido período;

**CONSIDERANDO** que, nada obstante o fato de o dano ao erário ter sido ressarcido mediante descontos na folha de pagamento do investigado, conforme se extrai dos autos, a violação aos princípios administrativos persiste, notadamente ao da legalidade, moralidade e eficiência;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 8.429/92 dispõe em seus artigos 1º e 5º que:

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

[...]Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

**CONSIDERANDO** que a má-fé é premissa do ato ilegal e ímprobo e a ilegalidade só adquire *status* de improbidade quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública e é decorrente da má intenção do agente;

**CONSIDERANDO** que, em casos de tal ordem, é imperioso recordar que o propósito da Lei de Improbidade Administrativa é coibir atos praticados com manifesta intenção lesiva à Administração Pública e não apenas atos que, embora ilegais ou irregulares, tenham sido praticados por agentes inábeis e desprovidos de má-fé;

**CONSIDERANDO** o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que:

[...] não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade é ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Por isso mesmo, a jurisprudência do STJ considera indispensável, para caracterização de improbidade, que a conduta do agente seja dolosa, para a tipificação das condutas descritas nos arts. 9º e 11 da Lei n. 8.429/92, ou pelo menos evitada de culpa grave, nas do art. 10 (AIA 30/AM, Corte Especial, Dje de 27/9/2011). (STJ, AgRg no REsp 975.540/SP, rel. Min. Teori Albino Zavascki, j. em 17/11/2011);

**CONSIDERANDO** que não foram noticiados outras situações de descumprimento de carga horária por parte do compromissário;

**CONSIDERANDO** que o artigo 11, inciso I, da Lei n. 8.429/92 prevê que *"Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: [...] I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;*

**CONSIDERANDO** que "Atos de improbidade administrativa são aqueles que, possuindo natureza civil e devidamente tipificados em lei federal, ferem diretamente ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da administração pública, independentemente de importarem enriquecimento ilícito ou de causarem prejuízo material ao erário público" (*Moraes, Alexandre de. **Direito Constitucional***

*Administrativo. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007, p. 320);*

**CONSIDERANDO** o princípio da celeridade processual, previsto no art. 5º, LXXVIII da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que a vedação do art. 17, §1º, da Lei de Improbidade Administrativa, deve ser interpretada restritivamente, limitando a possibilidade de acordo entre as partes apenas no momento processual específico da ação de improbidade, ou seja, depois de recebida a petição inicial, quando já esteja instaurada a instância;

**CONSIDERANDO** que, embora haja vedação de acordos nas "ações" de improbidade administrativa (art. 17, §1º), tal vedação não incide nos autos de Inquérito Civil, sendo cabível a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, conforme art. 25, §2º do Ato n. 395/2018/PGJ;

**CONSIDERANDO** a possibilidade do Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no §6º do art. 5º da Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985;

**CONSIDERANDO** que o Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) editou o assento n.º 001/2017 que trata da celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) em casos de improbidade administrativa;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, de acordo com os seguintes termos:

## **TÍTULO I – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O **COMPROMISSÁRIO** assume a **OBRIGAÇÃO DE PAGAR** em favor do **FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS** o montante de **R\$ 1.967,31 (mil novecentos e sessenta e sete reais e**

**e trinta e um centavos)** que será cumprida a título de imposição de multa civil<sup>1</sup>.

§ 1º: Os valores previstos no *caput* deverão ser recolhidos mediante guias que serão emitidas por esta Promotoria de Justiça e depositados em favor do FUNDO DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA CATARINA, devendo o **COMPROMISSÁRIO** apresentar comprovante de depósito/transferência.

§ 2º: Fica estabelecido que o pagamento referido no *caput* será realizado em 9 (nove) parcelas, sendo a primeira realizada em 10 de junho de 2019, e as demais na mesma data dos meses subsequentes.

## **TÍTULO II – DAS SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Para o caso de descumprimento injustificado das obrigações assumidas na cláusula primeira, fica ajustada a **MULTA PESSOAL** ao **COMPROMISSÁRIO** no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por dia de atraso, que será devida independentemente de notificação e passará a incidir a partir do dia imediato (inclusive) ao do vencimento, e será revertida para o FUNDO ESTADUAL DE RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS DE SANTA CATARINA.

§1º: Sem prejuízo da execução judicial da multa fixada no *caput*, em caso de inadimplemento fica o **COMPROMISSÁRIO** advertido que o presente título executivo poderá ser levado a protesto.

§2º: A imposição e execução da multa prevista no *caput* da presente cláusula não afasta a responsabilidade cível, criminal e administrativa do **COMPROMISSÁRIO**.

<sup>1</sup>Lei n. 8.429/92 - Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: [...] III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

### **TÍTULO III – DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLÁUSULA QUARTA:** O MINISTÉRIO PÚBLICO compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial relacionada ao convencionado no presente TERMO contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

### **TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA QUINTA:** O presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas entrará em vigor imediatamente após a sua assinatura.

**CLÁUSULA SEXTA:** O presente termo de ajustamento é apenas garantia mínima e não limite máximo de responsabilidade, não impedindo que sejam instauradas novas investigações caso constatadas ilicitudes conexas ao fato investigado e/ou que os valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio do COMPROMISSÁRIO são superiores aos até agora apurados.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** As partes elegem o foro da Comarca de Campo Belo do Sul/SC para dirimir eventuais questões decorrentes do presente TERMO.

Assim, justo e acertados, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 2 (duas) vias originais de igual teor, e que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e dos artigos 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ.

### **CIÊNCIA DO ARQUIVAMENTO**

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação aos signatários, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o § 3º do artigo 9º da Lei nº 7.347/85 e o artigo 49 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Campo Belo do Sul, 10 de maio de 2019.

**Leonardo Fagotti Mori**  
Promotor de Justiça

**Laércio Varela da Silva**  
Compromissário